

## **Estado da arte da pesquisa sobre conflitos ambientais – dissertações e teses do banco EArte**

### **State of the art of research on environmental conflicts - dissertations and thesis of the EArte data bank**

**Marcia Cristina Bacic**

Programa Interunidades em Ensino de Ciências - USP  
mcbacic@usp.br

**Nicia Regina Ogawa**

UNINOVE  
niciaogawa@gmail.com

**Emerson Pessoa Vidal**

UNB  
emervidal1@hotmail.com

#### **Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de mapear e analisar pesquisas em educação ambiental que abordam conflitos ambientais no banco de dados EArte, que abriga resumos de dissertações e teses de EA. Nossa metodologia incluiu a busca dos trabalhos através de descritores, tabulação dos dados quantitativos e análise qualitativa dos resultados e conclusões apresentados nos resumos. Foram encontrados 44 trabalhos, dos quais 42 dissertações e 2 teses. A maioria deles advindos da área de Educação, mas destacamos a diversidade de áreas com pesquisas em EA com essa problemática. Os trabalhos versam sobre percepções das comunidades (escolar e extra-escolar) a respeito dos conflitos, a formação de professores e agentes, e os fundamentos da EA. As conclusões dos trabalhos apontam para a necessidade de uma educação ambiental que promova a capacitação para a gestão participativa e o empoderamento dos atores sociais.

**Palavras chave:** Pesquisa em Educação Ambiental, Conflitos Ambientais, Estado da Arte

#### **Abstract**

This study aims to map and analyze research work in environmental education that address environmental conflicts in EArte database, which houses summaries of dissertations and theses about Environmental Education. Our methodology included the search of work through descriptors, tabulation of quantitative data and qualitative analysis of the results and conclusions presented in the abstracts. 44 works, including 42 dissertations and 2 theses were found. Most them coming from the area of education, but we highlight the diversity of areas of research in EE with this problem. The works deal with perceptions of communities (school and out of school) about the conflict, the training of teachers and staff, and the foundations of

EE. The findings of the studies point to the need for environmental education that promotes training for participatory management and the empowerment of social

**Key words:** Research in Environmental Education, Environmental Conflicts, State of Art

## Introdução

Como seres sociais que somos, vivenciamos os conflitos em diversas situações. Nossa diversidade na forma de agir, nos valores, nos ideais, nossa cultura, nossas singularidades estão em constante embate com o que nos é diferente, divergente. Embora o meio ambiente seja um patrimônio comum a todos, a forma como é gerido pode privilegiar algumas formas de ser e estar no mundo em detrimento de outras. Numa sociedade capitalista moderna como a brasileira é possível perceber que a busca pelo lucro sobressai em relação aos ideais de preservação do bem comum. Grandes corporações exploram recursos naturais e tiram a riqueza de locais nos quais a população sofre com as agressões infringidas ao meio ambiente e, muitas vezes, com problemas socioeconômicos. Segundo Loureiro (2003, p. 50): “É a partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, que se instauram os conflitos”.

Uma perspectiva crítica desses conflitos é necessária a fim de promover ações de educação ambiental nessas regiões. As abordagens mais tradicionais tendem a culpar o indivíduo excluído socialmente pela degradação ambiental e deixam de pensar sistemicamente, de ver os interesses e as motivações das grandes corporações que são as maiores degradadoras do ambiente (Guimarães, 2006).

Segundo Sauv  (2005, p.319), “A rela o com o meio ambiente   eminentemente contextual e culturalmente determinada” e essas características estão ligadas   complexidade da educa o ambiental, principalmente quando pensamos nos determinantes dos conflitos ambientais, que envolvem divergências de concep es, interesses e modos de vida.

De acordo com a Política Nacional de Educa o Ambiental (Brasil, 1999):

Art. 1<sup>o</sup> Entende-se por educa o ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conserva o do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial   sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2<sup>o</sup> Essa educa o ambiental   um componente essencial e permanente da educa o nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

E entre seus princípios básicos estão: “a interdependência entre o meio natural, o socioecon mico e o cultural”, “abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais” e “pluralidade e diversidade individual e cultural” (BRASIL, 1999). Princípios esses que se articulam com as demandas das a es voltadas   educa o ambiental em regiões de conflito.

No documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educa o Básica (BRASIL, 2013) há um capítulo dedicado às Diretrizes de Educa o Ambiental. Nesse capítulo podemos consultar os marcos legais, os marcos conceituais, a questão dos movimentos sociais, o contexto atual, os princípios e objetivos e a organiza o curricular. Quanto aos marcos conceituais são ressaltadas a importância da  tica e do acolhimento da cultura em busca de um projeto de

sociedade ambientalmente sustentável.

Carvalho (2001) relata a presença de ao menos duas diferentes orientações da educação ambiental e que consideramos muito interessantes: educação ambiental comportamental e educação ambiental popular. A diferenciação que a autora faz sobre as duas orientações destaca que ambas são derivadas de correntes teóricas diversas (linha comportamental e linha sociocultural) e que a comportamental tem como foco a criança, pois supostamente é mais fácil orientar mudanças de atitude nessa fase, e a popular não tem uma faixa etária específica, mas é prevalente em projetos de educação ambiental socioculturais que envolvem adultos. Segundo a autora:

Mais do que resolver os conflitos ou preservar a natureza através de intervenções pontuais, esta EA entende que a transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente está inserida dentro do contexto da transformação da sociedade (CARVALHO, 2001, p. 47).

A pesquisa em educação ambiental é relativamente recente e os dados por ela produzidos carecem de sistematização. Porém Fracalanza et al (2008) destaca que apesar do campo de pesquisa em EA ser recente, a produção acadêmica e científica no Brasil é grande e significativa.

Nesse contexto o Banco de Teses e Dissertações EArte, um projeto financiado pelo CNPq (2010-2012) e (2013-2015) e desenvolvido com a participação de pesquisadores de Universidades do Estado de São Paulo (UNESP - Rio Claro, UNICAMP – Campinas e USP – Ribeirão Preto), vem com o objetivo de reunir as produções acadêmicas da área e categorizar através de descritores que facilitem as buscas.

Em nosso trabalho de estado da arte da pesquisa em educação ambiental envolvendo conflitos e justiça ambiental, utilizamos esses dados disponibilizados no EArte que, por enquanto, conta apenas com resumos das dissertações e teses. Nosso trabalho enfocou os dados disponíveis nesses resumos.

## **Objetivos**

Nosso objetivo principal nesse trabalho é analisar as pesquisas e a produção de conhecimento sobre conflitos ambientais e justiça ambiental a partir das dissertações e teses reunidas no Banco de Dissertações e Teses EArte.net.

Como objetivos específicos buscamos respostas para as seguintes questões: onde e por quem estão sendo desenvolvidos esses trabalhos? Quais temáticas abordam? A quais públicos as ações ou reflexões sobre a EA se destinam e/ou abordam? Quais os principais resultados e conclusões desses trabalhos?

## **Metodologia utilizada**

A investigação realizada nesse trabalho é qualitativa e utiliza a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Fizemos uma busca por dissertações e teses no Banco EArte utilizando como descritores palavras associadas à problemática do conflito ambiental, a saber: conflitos, justiça ambiental, territorialidade e racismo. A ligação desses descritores está no fato de que os conflitos se instauram em locus geográficos, humanos e socioculturais, buscando a justiça ambiental e, em muitos casos, com uma carga desproporcional de efeitos negativos sobre as populações menos favorecidas (racismo). Segundo Loureiro (2004) a

territorialidade integra o natural (meio ambiente) e o humano (cultura, história, relações sociais). Dentro dessa territorialidade é que se manifesta a justiça ou injustiça ambiental e os conflitos de interesses.

Os trabalhos elencados tiveram seus resumos lidos, os dados tratados e postados em um formulário do *Google Forms*, para facilitar a organização. O formulário possuía caixas de texto com as seguintes entradas: código (número de controle no Banco EArte); trabalho/citação ABNT; descritor (es); contexto educativo; orientador/instituição; tema de estudo; ano de defesa; unidade federativa da IES (Instituição de Ensino Superior) e do local de pesquisa; resultados e conclusões.

## Resultados e discussão

Ao todo encontramos 44 resumos de dissertações e teses, dos quais 5 apareceram em mais de uma busca, sendo que, segundo os descritores utilizados na pesquisa temos: 17 sobre territorialidade; 17 sobre justiça ambiental; 13 sobre conflito e conflitos ambientais; e 2 sobre racismo ambiental.

Quanto à localização geográfica dos programas de pós dos quais são oriundos os trabalhos (vide figura 1), há uma predominância de trabalhos nos estados de São Paulo (8), Rio de Janeiro (7); Mato Grosso (6); Rio Grande do Sul (6) e Amazonas (5). Quando pensamos em região do Brasil temos que a maioria dos trabalhos foi desenvolvida na Região Sudeste (15), seguido pelos trabalhos da Região Centro-Oeste (10).



Figura 1: Gráfico 1: Distribuição dos trabalhos pelos estados da federação. Autoria própria

Notamos que nem sempre os trabalhos apresentados em determinada Instituição de Ensino Superior foram desenvolvidos na mesma Unidade da Federação. Sendo assim, elencamos, também, os estados que foram contemplados com as investigações (vide figura 2).



Figura 2: Gráfico 2: Locais em que os trabalhos foram desenvolvidos

Em relação aos locais em que se desenrolaram a tomada de dados e/ou as intervenções da pesquisa, verificamos que os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso lideram na quantidade de pesquisas (6 trabalhos cada), seguidos de perto pelo estado do Amazonas (5 trabalhos) e Rio Grande do Sul (4 trabalhos).

Outra análise realizada foi sobre a natureza pública ou privada da Instituição de Ensino Superior (IES) que vem desenvolvendo pesquisas sobre essa problemática do campo ambiental. Assim como Carvalho e Schmidt (2008), verificamos uma predominância da procedência de trabalhos de IES públicas, dessa forma, apenas seis trabalhos foram oriundos de pesquisas em EA desenvolvidas em IES privadas.

As tendências da distribuição da produção de pesquisa e produção de conhecimento relativo a conflitos ambientais e EA se assemelha ao verificado por Fracalanza et al (2008) no que concerne a superioridade das Regiões Sudeste e Sul como produtoras de trabalhos de EA, bem como a força das instituições públicas. Entretanto, a partir de 2006, verificamos um aumento no número de trabalhos da região Centro Oeste, como indicado anteriormente, onde a produção foi maior, superando a Região Sul, que apresentou apenas 9 trabalhos, dois dos quais foram desenvolvidos nos Estados de Amazonas e Mato Grosso.

Tivemos a curiosidade de saber quais são os professores que orientaram esses trabalhos e a quais áreas os grupos de pesquisas aos quais fazem parte se dedicam. Para isso listamos os nomes dos orientadores e pesquisamos os grupos de pesquisa dos quais eles fazem parte na plataforma Lattes CNPq. Os orientadores com maior número de orientações em trabalhos mapeados em nossa pesquisa foram:

- Michèle Tomoko Sato da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) com 6 trabalhos; participa como pesquisadora de três grupos de pesquisa, dos quais um em educação popular da UFMT: Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP).
- Carlos Frederico Bernardo Loureiro da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) com 3 trabalhos, participa de quatro grupos de pesquisa, um deles, o Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS, tem linhas de pesquisa relacionadas a educação popular, políticas públicas e educação comunitária (áreas associadas à temática dos conflitos ambientais).

- Sandra de Fátima Oliveira da UFG (Universidade Federal de Goiás) com dois trabalhos, participa do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade.

- Luiz Marcelo de Carvalho da Unesp (Universidade Estadual Paulista de Rio Claro) com dois trabalhos, credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro na Linha de Pesquisa Educação Ambiental e junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP - FCL de Araraquara.

A maioria dos orientadores dos trabalhos envolvendo conflitos apresenta apenas uma orientação de dissertação/tese relacionada a conflitos ambientais que esteja disponível no banco EArte.

A existência de grupos de pesquisa atuais que se dedicam a essa temática é um indício de que novos trabalhos podem estar sendo desenvolvidos e de que as discussões sobre essa área de estudo estão ocorrendo ativamente.

O número de dissertações de mestrado (42) foi bem mais expressivo do que o número de teses de doutorado (2). Podemos concluir que a produção de conhecimentos, considerando os dados do banco EArte, na área de conflitos está nas mãos dos mestrandos e dos respectivos orientadores. Poucas pesquisas foram desenvolvidas por doutorandos.

Em relação aos programas de pós-graduação dos quais os trabalhos são oriundos, observamos que há a predominância de trabalhos em programas de Educação (19), sendo 3 deles do Programa da FURG (único específico em Educação Ambiental). Mas os trabalhos, em geral, se distribuem por diversas áreas, incluindo Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Direito, Geografia, Psicologia, além das Ciências Ambientais, Ecologia e Sustentabilidade (vide tabela 1). Essa diversidade de áreas de conhecimento também foi apontada por Fracalanza et al (2008).

<b>PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE TRABALHOS</b>
Antropologia/ UFPE	1
Arquitetura e Urbanismo/ UFRN	1
Ciência Ambiental/ USP	2
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM	1
Ciências Sociais/UNISINOS	1
Desenvolvimento e Meio Ambiente: UFS e UFC	2
Desenvolvimento Sustentável – UNB	2
Direito/PUC e UERJ	2
Educação: UFMT; UFSC; UNESP Rio Claro; UMESP; FGV; UNIMEP;	13

UFRJ; CUML	
Educação Ambiental/FURG	3
Educação e Contemporaneidade/UNEB	1
Educação Escolar/ UNESP – Araraquara	1
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/ UFRRJ	1
Geografia: UFPB; UFRJ; UFAM; UEPG; UFG	6
Geomática/ UFSM	1
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local/UFPA	1
Planejamento Urbano e Regional/ UFRJ	1
Psicologia/UFRN	1

Tabela 1: Número de dissertações/ teses por programa de pós-graduação. Autoria própria

Após esclarecermos em quais programas de pós-graduação esses trabalhos foram gerados, pensamos em trazer à luz a quantidade de trabalhos que foram desenvolvidos em cada ano. Percebemos que o primeiro trabalho com essa temática foi o de Carvalho (1989), entre esse trabalho pioneiro e o segundo há um hiato de 9 anos e, após 2002 a quantidade de trabalhos com temáticas relacionadas aos conflitos ambientais aumentou progressivamente, com pequena queda em 2005 e com crescimento ascendente nos demais anos até 2011 e pequena queda em 2012 (ano do trabalho mais recente no Banco EArte). Vide figura 3.



Figura 3: Gráfico 3: Produção de dissertações e teses no período de 1989 a 2012

Infelizmente, o EArte ainda não tem cadastrados os trabalhos a partir de 2013, assim não temos como saber se houve crescimento nos anos posteriores. De qualquer modo, a quantidade de pesquisas nessa área se mostra em franco crescimento.

Dentre as pesquisas, a maioria foi desenvolvida em escolas (55%); 25% se desenvolveram em ambientes não escolares, 7% atingiram ambos os ambientes (escolar e não escolar) e 14% tiveram abordagem genérica, a maioria delas se dedicando aos Fundamentos da EA. Vide figura 4.



Figura 4: Gráfico 4: Contexto educacional em que o trabalho foi desenvolvido (Autoria própria)

A problemática ambiental é, por definição, complexa e interdisciplinar (Loureiro, 2003). Com essa diversidade de áreas dedicadas à pesquisa e a complexidade da Educação Ambiental, é de se esperar que as abordagens da temática tenham a mesma diversidade. São essas particularidades que discutiremos a seguir.

TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS – CATEGORIZAÇÃO DO BANCO EARTE	
Comunicação	3
Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Aprendiz em EA	12
Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Formador em EA	3
Currículos, Programas e Projetos	10
Fundamentos em EA	4
Movimentos Sociais/Ambientalistas	2
Organização Governamental	2
Políticas Públicas em EA	2
Processos e Métodos de Ensino e Aprendizagem	4



Recursos Didáticos	1
Trabalho e Formação de Professores/Agentes	3

Tabela 2: Temáticas desenvolvidas. Autoria própria

Como é possível ver na tabela 2, a temática mais desenvolvida foi “Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Aprendiz em EA” (12 trabalhos), demonstrando uma preocupação sobre o como os grupos específicos ou as comunidades (seringueiros, assentados, moradores do entorno de empreendimentos, hidrelétricas) veem a questão ambiental em sua realidade imediata, algumas vezes visando ações de educação ambiental.

Em segundo lugar, com 10 trabalhos, temos os “Currículos, Programas e Projetos” com uma diversidade de temáticas que têm como ponto comum a intervenção por meio de projetos de educação ambiental. Como exemplos há intervenções em escolas (utilização de mapas, implementação da agenda 21, parcerias com empresas), em comunidades do entorno de grandes empreendimentos, de polos industriais, e visando o desenvolvimento territorial e sustentável.

Contando com 4 trabalhos temos a temática “Processos e Métodos de Ensino e Aprendizagem”, essa categoria engloba ações de educação ambiental em quilombos, pesquisas sobre fatos históricos e a realidade socioambiental em áreas de conflito com o objetivo de promover a integração da comunidade em prol das questões que interferem no ambiente e na vida das comunidades, como por exemplo, a utilização de manifestações culturais como a dança do Congo. Há, também, a proposta do uso do Jogo dos papéis (RPG - role-playing game) em ações de educação ambiental, colocando as potencialidades da metodologia e as limitações relacionadas ao tempo gasto para desenvolver essas atividades.

As temáticas “Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Formador em EA”; “Trabalho e Formação de Professores/Agentes” e “Comunicação” tiveram três trabalhos cada.

Referente ao tema Comunicação foram trabalhadas as concepções de professores a respeito das publicações da mídia cuiabana em relação ao meio ambiente pantaneiro; análise documental sobre notícias e atos oficiais a partir do início das atividades de mineração na região do Araxá/ MG e a análise de conflitos ambientais através dos documentários de Adrian Cowel.

As “Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Formador em EA” agrupou trabalhos que discorrem sobre a percepção de toda a comunidade escolar em relação ao ambiente partilhado na escola, e também os processos de educação ambiental dentro de instituições governamentais. Os trabalhos foram exploratórios das percepções acerca do ambiente no qual os formadores atuam.

A respeito do tema “Trabalho e Formação de Professores/Agentes” as investigações relataram atividades de formação continuada de professores envolvendo pesquisa-ação, trabalhando os conflitos socioambientais.

Dois trabalhos foram relativos a “Movimentos Sociais/Ambientalistas”, sendo que um se refere à identidade de gênero e territorialidade em mulheres quilombolas, trazendo a história de uma liderança feminina, uma professora que influenciou muito a construção da identidade dessa população inclusive em sua relação com o ambiente; e outro apresenta e discute como a expulsão dos nativos e posseiros influenciou as relações da comunidade com o ambiente natural.

“Organização Governamental” e “Políticas Públicas em EA” contam com 2 trabalhos cada.

Esses trabalhos abordam parceria com a Associação de Moradores de Praia de Náufragos para o planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável da região; a investigação dos conflitos para o uso comum do espaço do Parque da Tijuca /RJ com fins religiosos entre os frequentadores e as lutas e relações de poder que se estabelecem; os conflitos no entorno do Parque das Nascentes do Mindu e a educação ambiental como meio de gestão participativa; e a análise das tomadas de decisão e legislações ambientais em áreas de conflito que carecem de proteção.

“Recursos Didáticos” conta com um trabalho. Ele versa sobre a construção de mapas (cartas) que retratam a bacia hidrográfica, os atores sociais, os conflitos, que possibilitaram uma percepção mais acurada dos conflitos.

Cumprе salientar que algumas pesquisas trataram de duas, às vezes, três temáticas, como o caso de um trabalho desenvolvido no espaço escolar contemplando Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Aprendiz em EA, Concepções, Representações e Processos Cognitivos do Formador em EA e Organização da Instituição Escolar.

As conclusões dos trabalhos apontam para a necessidade de ações de educação ambiental nas áreas de conflito, da gestão participativa em áreas de preservação e/ou de empreendimentos degradantes, de uma legislação que proteja o ambiente e as populações, do respeito à cultura e do modo de vida das populações tradicionais, do empoderamento das populações e grupos menos favorecidos, das parcerias entre os vários atores sociais.

## **Considerações finais**

Segundo Loureiro (2004, p.7) precisamos avançar na compreensão da relação entre desigualdade na exposição aos riscos ambientais e justiça social. Os trabalhos discutidos aqui são passos em direção a essa compreensão. Ainda há muito o que discutir sobre uma educação ambiental orientada para a gestão democrática de conflitos rumo à justiça ambiental.

Embora vários trabalhos tenham descrito os conflitos e seus múltiplos determinantes e a necessidade de uma educação ambiental que gere empoderamento dos atores sociais, pouco foi falado sobre o como realizar essas ações. Até porque, se pensarmos numa EA crítica, popular e transformadora que propicie alterações significativas no modelo de sociedade, espera-se que ela contribua para aquisição de novos conhecimentos, mudanças de atitudes e comportamentos, e promova uma práxis reflexiva, especialmente aos agentes da educação.

Dessa forma, percebe-se a Educação Ambiental se fortalecendo como campo teórico, trazendo consigo referenciais socioculturais, mas pouco tem sido relatado sobre ações efetivas e metodologias para trabalhar essas questões ambientais. Os trabalhos que relataram experiências como o jogo dos papéis e construção de mapas com os atores sociais avançam um pouco nesse sentido.

Ainda, se os resumos disponibilizados em um banco de Dissertações e Teses como o Earte pode trazer luz e contar uma história sobre a produção de conhecimento nesse campo de pesquisa difundindo tendências e achados, quiçá a análise dos textos completos dos trabalhos possa nos ofertar indícios sobre como realizar essas ações.

Acreditamos também que a Pesquisa-Ação pode ser uma forma de trazer novos elementos relativos a experiências de intervenções que promovam a autonomia e a consciência política, social e ambiental dos atores envolvidos nos conflitos, tornando realidade o princípio doze do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

(1992) que preconiza que a Educação Ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

## Referências bibliográficas

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 562p.
- \_\_\_\_\_. Lei 9.795, de 27.04.1999. *Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências*. DOU 28.04.1999.
- CARVALHO, I.C.M. *Territorialidades em luta - uma análise dos discursos ecológicos*. 1989. 141 p. Dissertação - Instituto de Estudos Avançados em Educaç, FGV. 1989.
- \_\_\_\_\_. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun, 2001, p. 43-51, disponível em: <http://dev.eesc.usp.br/sustentabilidade/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-Carvalho2001.pdf>, acesso em 08/07/2016.
- \_\_\_\_\_. SCHMIDT, L.S. A pesquisa em Educação Ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 2 – pp. 147-174, 2008, disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol3.n2.p147-174>. acesso em 01/07/2016.
- FRACALANZA, H., AMARAL, I.A., MEGID NETO, J., EBERLIN, T.S. *A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica*. Campinas, Ciências em Foco, v. 1, n. 1, 2008, disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/cef/article/view/4458>, acesso em 01/07/2016.
- FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em [http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat\\_ea.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf), acesso em 01/07/2016.
- GUIMARÃES, M. *Armadilha paradigmática na educação ambiental*. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. (orgs) *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. pp.15-28.
- LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora *Ambiente e Educação*, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.
- \_\_\_\_\_. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004.
- SAUVÉ, L. Educação ambiental - possibilidades e limitações. São Paulo: *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.